

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM BOM JESUS DA LAPA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO TRABALHO DOCENTE

Ruth de Oliveira Sousa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Antônio Domingos Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A presente pesquisa, tem por objetivo evidenciar os desafios e perspectivas vivenciadas pelos professores do campo no município de Bom Jesus da Lapa, que está localizado no Oeste da Bahia. Neste contexto, analisamos o papel e a importância do professor do campo, como elemento fundamental no processo de formação e transformação humana, bem como analisamos em que sentido as políticas públicas educacionais contribuem para a efetivação do ensino/aprendizado de qualidade nas comunidades rurais. Quanto ao método desta pesquisa, utilizamos à pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica, a investigação foi realizada com docentes que atuam nas escolas do campo da rede municipal de educação no mês de março de 2021, utilizando entrevista semiestruturada. Essa pesquisa evidenciou relatos de desafios diários enfrentados pelos professores do campo, que vai desde a falta de investimento público em infraestrutura nas escolas, aos descasos com instalação básica para permanência do professor na localidade, a exemplo de água potável e luz elétrica. Por conseguinte, essas problemáticas refletem em nucleações e fechamentos dos espaços escolares no campo, ocasionando deslocamento dos alunos para escolas fora da sua comunidade, realocação do professor e, por fim, ocasionando ruptura de vínculos e raízes identitárias com o campo dificultado assim, superação de desafios para a transformação de uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Trabalho Docente.

Introdução

Na presente pesquisa, teve como objetivo apresentar a Educação do Campo como uma modalidade de ensino que garante a população camponesa emancipação humana, saberes diversos, dentro de uma formação social, cultural e política. Abordamos e problematizamos as perspectiva e desafios enfrentados pelos docentes do campo no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia.

Para que essa educação do campo se torne realidade pelo exercício da prática pedagógica, sendo esta entendida como uma dimensão da prática social é preciso políticas

educacionais, um currículo bem estruturado que direcione os processos educacionais de acordo com os saberes históricos e os conhecimentos relacionados à vivência do discente em parâmetro com a realidade regional e formação continuada de professores voltada especificamente para as necessidades do homem campo.

A presente pesquisa surgiu da necessidade de estudarmos soluções que apontassem caminhos de aprendizagem relacionada à educação do docente no sistema de ensino de Bom Jesus da Lapa, que esses tivessem melhores condições de trabalho voltado para a Educação no Campo. Pensamos que a Educação do Campo deve estar alicerçada sobre a natureza do planejamento, da relação ensino-aprendizagem e do processo avaliativo, este por sua vez, nos leva a acreditar que existe uma nova exigência nesta modalidade de ensino, que poderíamos a princípio denominá-la, segundo Silva de “paradigma das aprendizagens significativas.”

Esse paradigma vem se constituindo em um movimento de ressignificação do processo de ensino e de aprendizagem. Isso ocorre quando considera que os estudantes possuem a potencialidade de aprender – princípio da educabilidade – o que os diferenciam são seus percursos de aprendizagem. Tais percursos são condicionados pelas histórias de vida dos aprendestes e pela diversidade sociocultural das escolas. (SILVA, 2006, p.9-10)

Compreender a diversidade sociocultural da educação do campo requer pesquisa mais epistemológica da importância do processo histórico de lutas, conquistas e resistências do Movimento Nacional da Educação do Campo.

Embora a concepção de Educação do Campo venha se fortalecendo nos últimos anos, vale destacar que a situação pedagógica e de infraestrutura nas escolas públicas ainda é bastante precária. Assim esse projeto irá contribuir de forma significativa para melhor compreender como as políticas públicas podem se apresentar como avanço de ações que promovam o engajamento escolar visando garantir, a todo cidadão camponês, o direito ao acesso à educação de qualidade em sua comunidade.

Analisar os desafios vivenciados pelo professor do/no campo em Bom Jesus da Lapa, sensibilizar o leitor das problemáticas estruturais, operacionais e econômicas que atinge essa modalidade, bem como discutir e refletir as lutas dos movimentos sociais como instrumento fundamental para amenizar as desigualdades originadas pelo atrasado da educação rural que tem sua origem no pensamento dos ruralistas, que controlavam as políticas educacionais

como forma de subordinar os camponeses, de acordo com a visão ruralista neoliberal (REIS, 2004).

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa, construímos esse estudo com abordagem metodológica, e problematizando as análises do objeto de estudo em questão. A coleta de dados ocorreu no mês de março de 2021 com alguns professores da rede municipal que atuam nas escolas do campo no município de Bom Jesus da Lapa. Nesse sentido, corroborando com Gerhard e Silva (2009), defende que, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.

Desenvolvemos no decorrer desse trabalho, uma pesquisa observando a realidade vivenciada pelo professor das escolas do campo de Bom Jesus da Lapa, cidade localizada na região Oeste da Bahia, que tem aproximadamente, 778,0 km de distância da capital de Salvador. A cidade é conhecida como capital “baiana da fé”, devido ao turismo religioso e por concentrar a terceira maior Romaria da América Latina. O município ainda possui uma população estimada de 69.662 habitantes, dos quais 20.397 vivem na zona rural, ou seja, 32% da população de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020).

Neste trabalho foi abordada a pesquisa qualitativa, onde Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Essa interpelação contextualmente, promoverá uma estreita articulação entre teoria e prática, numa abordagem pragmática sociocultural e institucional, utilizando entrevista semiestruturada que nos guiará ao objetivo e assim identificarmos a causa das questões apresentadas. A pesquisa foi realizada com os docentes que atuam nas escolas no/do campo do município de Bom Jesus da Lapa, apresentados neste trabalho com nomes fictícios (de flores) para preservarmos a identidade e privacidade dos mesmos.

No quadro 01, está exposto um breve perfil dos(as) entrevistados(as):

Quadro 1 – perfil dos (as) entrevistados (as)

NOME FICTÍCIO	FUNÇÃO	SEXO	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
<i>Margarida Maria</i>	Professora	Feminino	Especialização completa	Concursada
<i>Yasmim de Jesus</i>	Professora	Feminino	Especialização completa	Concursada
<i>Sorriso de Maria</i>	Professora	Feminino	Graduação completa	Concursada
<i>Azaléia Dos Santos</i>	Professora	Feminino	Graduação completa	Contratada
<i>Jasmine de Sousa</i>	Professora	Feminino	Especialização completa	Concursada
<i>Rosa Mosqueta</i>	Professora	Feminino	Graduação completa	Concursada

Fonte: elaboração dos próprios autores

No que tange a coleta de dados, Duarte (2004) reforça que as entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Ainda utilizamos análise bibliográfica de autores que discutem com a temática em questão, como: Arroyo (2004); Caldart (2003); Tardif (2002); Santos (2017); Teixeira (2003), entre outros.

Um breve histórico sobre a Educação do Campo no Brasil

Para melhor compreendermos a discussão sobre educação do campo, fez-se necessário apresentarmos alguns elementos do percurso histórico, mais especificamente a parti do ano de 1960, onde vários movimentos que tinham como objetivo a educação popular, voltou-se para o povo do campo. Com as crescentes lutas dos movimentos sociais, algumas experiências de educação baseada na realidade local começaram a ser pensada, na maioria das vezes embasadas na teoria da libertação. A educação, portanto, não pode ser viabilizada em vista de um processo de domesticação, alienação ou mera adequação do homem ao processo de industrialização do país em vias de modernização (FREIRE, 1965, p. 52), mas quase sempre como educação não-formal.

Já na educação formal os avanços foram de pouca notoriedade, pois em 1964 com o golpe militar não houve avanços na educação brasileira, diante da ditadura que se apresentava no momento, que reprimiam qualquer tipo de movimento popular. É exatamente por estar tão inserido e perceber-se finito que, na concepção de Freire, o ser humano é capaz de transcender (FREIRE, 1965, p.57). O ser humano não pode se esquivar do mundo para transcender. Na sua concepção, o ser humano é capaz de tal tarefa à medida que percebe sua realidade.

Por volta de 1980, as discussões foram retomadas com mais força, sobre educação pública no Brasil, pois os movimentos voltaram a se fortalecerem, abrindo novas conversações sobre o planejamento do currículo nacional para o ensino escolar. Fizeram parte dessas intensas lutas: movimentos sociais e sindicais, União Nacional dos Estudantes (UNE) Associação Brasileira de Educação dos Sem Terras (ABE), Escolas das Famílias agrícolas (EFAS) e graças a esses movimentos a educação avançou com aprovações de leis educacionais, que outrora não era reconhecida.

A Educação do Campo tem concepções educacionais diferentes da Educação Rural, sendo a primeira uma proposta consagrada por diversos movimentos sociais. A educação rural tem sua origem no pensamento dos ruralistas, que controlam as políticas educacionais como forma de subordinar os camponeses, determinando como deveriam pensar o seu mundo, “civilizando-os” de acordo com a visão ruralista. A proposta da educação rural não acolhia as necessidades básicas dos camponeses, nesse pressuposto a educação oferecida vinha de encontro com o real objetivo, Emerson Reis (2004) é pontual ao assegurar que,

Quando a escola foi pensada e levada para o mundo rural, não se buscou nem se pensou numa abordagem que pudesse levar em conta como ponto de partida a própria realidade rural, para que, a partir, desta, se desenvolvesse uma educação mais comprometida e vinculada com a vida e as lutas do povo do campo (REIS, 2004, p.27).

Em resposta a essa problemática, os movimentos sensibilizaram-se e com longas e intensas caminhadas para colocar o campo na agenda pública, tentando mudar o preconceito que se apresentava com a educação meio rural, fazendo uma redefinição no conceito de educação rural para Educação básica do Campo.

Em 20 de Dezembro 1996, foi discutido e aprovado a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 9.394/96). Nesta mesma década, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Universidade de Brasília (UnB) realizam em julho 1998 uma Conferência nacional, que sugere ser utilizada a denominação de Educação básica do campo ao referir-se á educação rural. Com essa nova denominação, a educação do campo definiu sua identidade, não aquela restrita apenas a um espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo.

Essa mudança de paradigma cooperou para o rompimento do modelo educacional rural até então utilizado para atender às necessidades do capital. Segundo Reis (2004), afirma que,

A escola tem que refletir o meio em que está inserida, a cultura do povo que está á sua volta, os costumes, as tradições, e a possibilidade de explorar ou redirecionar os saberes e conhecimentos, buscando formar sujeitos que se preocupem com melhoria das condições de vida e de desenvolvimento da sua comunidade (REIS, 2004, p. 67).

Destarte a Educação do Campo é uma modalidade educacional de representatividade e fortalecimento do homem do campo, ligado ao processo identitários com o espaço, a cultura e como sujeitos de direitos.

O Papel do Docente no Campo

Um olhar sobre a nossa história, nos mostra como as lutas e as organizações populares foram formando sujeitos coletivos conscientes dos seus direitos, e colocando a educação e o professor/líder como elementos fundamentais nesse processo de formação e transformação humana.

O professor no exercício de sua profissão atua em sua área de formação e em outras áreas, mobiliza uma pluralidade de saberes, oriundo de sua vivência pessoal e profissional. As experiências são apontadas como a principal fonte de habilidade para o conhecimento, embasadas no cotidiano e nas vivências da sala de aula.

Segundo Tardif (2002), a relação dos docentes com os saberes não é restrita a uma função de transmissão de conhecimentos já constituídos. Ele explica que a prática docente integra diferentes saberes e que mantém diferentes relações com eles. Define o saber docente como um saber plural, formado pela desordem, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. Nessa perspectiva, os saberes profissionais dos professores são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e carregam as marcas do ser humano.

Essa consciência não se dá por acaso, na análise de Arroyo (2004), o professor tem que se sentir tocado, motivado, estendemos esse pensamento para o corpo educacional em geral, ela deve nascer conjuntamente e coletivamente, através de parcerias com os líderes,

das comunidades, dos movimentos, dos alunos e dos professorados. Caldart analisa que o trabalho docente:

Isso significa dizer que partindo dessa parceria o professor estará munido de instrumentos para atuar nas comunidades, através de uma coletividade direta entre educadores e educando, constituindo uma coletividade na escola que se estende para a comunidade como um todo. (CALDART, 2003).

Para tanto, Makarenko (1981), afirma que nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua e sob sua responsabilidade, e compartilhando desse mesmo pensamento Caldart (2003), diz que ninguém consegue ser um educador sozinho, deste modo vimos que o professor deve criar vínculos e raízes no seu lugar de trabalho e comungar da mesma idéia, pois “o processo pedagógico é um processo coletivo, por isso precisa ser conduzido de um modo coletivo, enraizando-se, ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes.” (CALDART, 2003).

O papel do docente que atua no campo é trazer a comunidade para a sala de aula, buscando aproximar os conhecimentos comunitários dos conhecimentos acadêmicos. O professor é o principal instrumento garantidor de uma educação de qualidade com um currículo e metodologias voltadas para as necessidades e especificidades do campo. Ele deve ser um mediador, facilitador e articulador do conhecimento e não apenas aquele que detém a informação.

A Formação do Professor no Campo

O professor em qualquer fase de seu processo de formação, bem como de sua vivência pessoal, é um sujeito cultural e social, que como tal, recebe efeitos positivos e negativos da configuração histórica, social e econômica da sociedade. Ao longo das últimas décadas, a formação continuada de professores vem ocupando lugar significativo nos debates educacionais contemporâneos, revelando-se como uma preocupação por parte do poder público, entre as universidades e centros de pesquisa e entre os docentes que estão atuando na escola (GÜNTHER; MOLINA NETO, 2000).

A presença coletiva e organizada dos professores pela formação do caráter profissional do trabalhador em educação e em defesa da prioridade das condições de trabalho, do caráter e da função pública dos serviços educacionais, assim como da gestão

democrática da escola de qualidade para todos, marcou a década de 1980, dando novo sentido á luta pela reformulação dos cursos de formação de pessoal para o magistério.

Nessa mesma década foi criado um comitê Pró-formação do Educador, que transformou-se em Comissão Nacional, vindo a se tornar, em 1990, Associação Nacional para a Formação de Professores (ANFOPE), realizando vários encontros ao longo dos anos, visando, além de mobilizar os educadores, acompanhar, sistematizar, promover e articular esforços pela reformulação dos cursos de formação de professores, tudo isto sem comprometer sua autonomia frente aos órgãos oficiais. Neste sentido Sarmiento (1994) afirma que as ações governamentais, o movimento de educadores, as mudanças curriculares promovidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), são expressões das diversas forças sociais que se confrontam na sociedade.

Essas forças sociais foram imprescindíveis para direcionar pressões que resultaria na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo considerado um marco do direito à educação nos territórios rurais. E importante salientar que nos artigos 11,12 e 13 dá lei nº 9.394/1996 a abordagem e a formação do professor, com ênfase na importância da qualificação do professor, seja de nível superior ou magistério. A Lei também contempla a suspensão de contratação de profissionais, o ingresso de novos professores deve ser através da promoção de concursos públicos, obedecendo a critérios da nova LDB para os fins de educação.

Nesta perspectiva, as escolas do campo para suprir a necessidade de professores, receberam profissionais voltados à formação urbana, gerando problemáticas como falta de empatia com as necessidades dos camponeses, currículo e métodos educacionais que não correspondiam às demandas de aprendizagem do homem do campo, falta de identidade dos professores com a comunidade que trabalhavam. Gerando inicialmente contra-tempos entre alunos/professores/ comunidades.

“As escolas rurais que seguiam os currículos urbanos [...] na prática acabaram compondo o seu currículo de acordo os recursos materiais e humanos do que já dispunha, quando não puderam improvisar professor” (ROMANELLI 1982 p.181) desta feita [...] o sistema formal de educação rural, sem condições de auto sustentação pedagógica [...] entrou no processo de deteriorização submetendo-se aos interesses urbanos (LEITE, 1999 p.39).

Para haver uma ruptura do paradigma de educação urbana, torna-se obsoleta dando vez a Educação do Campo, que tem seu significado intrínseco às conquistas entre lutas de classe, é preciso,

O envolvimento com a educação do campo pelos acampados, assentados, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, caiçaras, indígenas, entre outros sujeitos históricos do campo é de fundamental envergadura para as demandas dos movimentos sociais e enfrentamento das dificuldades a nível nacional, como por exemplo, a implementação das Diretrizes Operacionais Por Uma Educação do Campo. (CALDART, 2004 p.12).

É necessário também instrumentalizar o professor para lidar com as mudanças gerais e constantes que se efetivam na escola. Pensar em uma formação de professores preocupados com a Educação do Campo, contemplando o viés cultural, curricular, político e práticas pedagógicas que valorize e respeite às especificidades da configuração social, que deve ser imprescindível para a construção de uma educação mais comprometida com as causas sociais. Enfim tudo isto pressupõe outra concepção de formação de professores para o campo.

Políticas Públicas Educacionais: melhorias e perspectivas docentes no campo

Para se discutir sobre Educação do Campo é necessário refletir sobre as Políticas Públicas educacionais para o campo, que se constroem a partir de especificidades que fortalecem a identidade e a educação dos sujeitos que ali residem.

“A Educação do Campo se alicerça em torno da tríade: Campo, Política Pública, Educação” (CALDART, 2008), apresentado assim uma dinâmica necessária para elaboração da adaptação curricular o uso de política pública voltadas para uma educação de qualidade para esta população camponesa. Essa extensão de compreensão nos induz a refletir que a Educação do Campo é uma modalidade de ensino que oportuniza formação social e política dos sujeitos que residem neste espaço, à Educação do Campo ainda tem a intencionalidade de formar seres críticos, reelaborando processos junto à produção dos conhecimentos.

Reafirmando a singularidade do campo como direito e superando os limites impostos pelo governo, conforme seu eixo estruturante que está disposto no art. 1º,

A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas



estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010).

As implantações de política pública na Educação do Campo mesmo andando em passos tímidos contribuem com avanços significativos no desenvolvimento de uma educação mais comprometida e vinculada com a vida e as lutas do povo do campo (REIS, 2004).

Um das ações que representou um ganho qualitativo para a educação foi à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1998 a 2006.

O FUNDEB serve como mecanismo de redistribuição de recursos destinados à Educação Básica, imprescindível hoje para a reestruturação e manutenção da educação nos municípios, pois financia formação continuada para os professores, garante o pagamento em parte do salário base, aperfeiçoamento das condições da qualidade de ensino para a escola pública, custeia materiais pedagógicos, reformas dos prédios escolares, enfim mantém o funcionamento de forma equalizada das etapas educacionais

Análise dos dados da pesquisa

Para a coleta de dados da pesquisa, os sujeitos foram os professores que atuam nas escolas do campo da rede municipal de ensino do município de Bom Jesus da Lapa, Bahia. As informações foram coletadas no mês de março de 2021, a partir da entrevista semiestruturada. A pesquisa baseou em análises de dados qualitativos, onde Teixeira (2003) pontua que as análises de dados configuram-se numa fase importante no empreendimento de investigações nas ciências sociais aplicadas, sobretudo no campo dos estudos em desenvolvimento.

Nesse sentido, teve como objetivo central desse estudo, identificar os desafios encontrados pelos docentes do campo do município de Bom Jesus da Lapa, bem como analisarmos os avanços das políticas educacionais para a melhoria de perspectivas dos sujeitos que atuam nesse espaço. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação

(SEMED, 2020) que existem 30 escolas do campo situadas no município de Bom Jesus da Lapa, 181 professores efetivos e 117 contratados que atuam na zona rural, que precisam de uma rede de apoio para superar os desafios que se apresentam diariamente no campo.

Percebemos nesta pesquisa, que os desafios encontrados pelos professores do campo estão diretamente atrelados a falta de condição digna de trabalho como a falta de estrutura física, recurso pedagógico, baixa remuneração, falta de transporte, de água potável, energia elétrica e moradia (muitos moram nas escolas, deixando suas casas).

Todas essas problemáticas geram insatisfações, causando baixo nível de alta estima dos professores que atuam no campo; desarticulação entre comunidade escolar e consequentemente professores ansiosos para transferências para escolas urbanas. Com a análise dessa problemática percebemos que esses são fatores preponderantes na interferência da qualidade do ensino/aprendizagem nas escolas dessas comunidades.

Essas informações só puderam ser identificadas no decorrer da pesquisa, os sujeitos apontaram diversos problemas referentes às escolas do campo da rede municipal de Bom Jesus da Lapa. Importante salientar que os sujeitos foram identificados por nomes fictícios (de flores) para mantermos o sigilo da ética na pesquisa. Em relação às condições das escolas do campo da rede municipal de Bom Jesus da Lapa, ao questionar a primeira professora a ser entrevistada, ela afirma que:

Ser professora do campo é enfrentar vários desafios como estradas ruins, sem infraestrutura, a falta de transporte para chegar às escolas. Além dessa dificuldade de deslocamento, ainda enfrentamos escolas sem água potável, sem recursos pedagógicos e estrutura física precárias. É desanimador esse descaso público com o professor e com a educação (JASMINE DE SOUSA, 2021).

Ao questionar a professora Rosa Mosqueta, sobre essa mesma problemática das dualidades com as escolas do campo ela afirma que,

É muito cansativo sair de casa, ir para a estrada pegar carona todos os dias, de certa forma arriscando a vida para chegar ao seu local de trabalho, e ainda não sermos reconhecidas pelo trabalho que realizamos e tão pouco pelo esforço diário que fazemos: que é levar educação aos lugares mais remotos (ROSA MOSQUETA, 2021).

Diante desse cenário, as entrevistas permitiram observar um panorama de vulnerabilidade enfrentado pelos professores do campo, seja pelo descaso das autoridades

governamentais ou por falta de políticas públicas, a realidade é que o professor encontra-se desmotivado a exercer seu ofício por faltas de condições dignas de trabalho.

Sobre os desafios de lecionar nas escolas do campo, para Arretche (1998), compreende "ainda que a análise de uma política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa X um resultado". Tendo em vista esse olhar, perguntamos aos professores entrevistados qual a importância das políticas públicas educacionais para as escolas do campo na superação de desafios? A docente Margarida Maria, atribuiu o seguinte argumento:

As políticas públicas são de fundamental importância para o engajamento de uma educação de qualidade, mas para isso é necessário investimento governamental, interesse político. Nós professores, somos a base para uma educação de qualidade, porém há muito pouco investimento em nossa formação continuada (MARGARIDA MARIA, 2021).

Na análise de Yasmim de Jesus, verbaliza a seguinte observação,

As políticas educacionais promovem garantias como projetos, melhores salários e Infraestrutura, para as escolas, ela é um instrumento para entender a realidade do povo do campo, bem como dá melhores condições aos professores que atuam neste espaço. No entanto, essa garantia por sua vez, sempre se encontra ameaçada por falta de engajamento governamental (YASMIM DE JESUS, 2021).

A Professora, Sorriso de Maria, aborda o conceito de Políticas Públicas educacionais, enfatizando que,

As políticas educacionais são como uma bússola que serve para guiar e conduzir o processo educacional em todas as suas instâncias; serve para fortalecer e qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Mas para isso se faz necessário a aplicação de investimentos financeiros que dêem suporte na execução das mesmas (SORRISO DE MARIA, 2021).

Quanto a profissional, Azaleia dos Santos, retrata exatamente essa falta de investimento do poder público na educação,

O poder público não se interessa pelos mais humildes, que estudam em escolas públicas. Os governantes só lembram que existimos na época das eleições, quando vem acompanhado de várias promessas de mudanças. (AZALEIA DOS SANTOS, 2021)

Diante das falas dos/as entrevistados/as, no contexto político de Bom Jesus da Lapa, a educação pouco foi priorizada, a consequência deste abandono resultou em um quadro desolador principalmente no campo, onde há pouco investimento. No município de Bom Jesus da Lapa, de acordo com dados da à Busca Ativa Escolar (2019), que é uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar, desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), encontram-se fora da escola 1.644 criança e adolescentes (zona urbana e rural).

Segundo levantamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS, 2019), os motivos mais recorrentes dessa evasão escolar (do que discerne as escolas do campo) são a falta de transporte escolar, desinteressante de estudar, fechamentos ou nucleações de escola nas localidades campestinas. Os dados mostram que em 2018, foram suspensas as atividades de 17 escolas multisseriadas do campo, destas, 10 eram unidocentes (Um único professor dando aula de todos os conteúdos) e nucleação de 02 escolas localizadas na sede (SEMED 2019).

Quadro 02 – Escolas do Campo unidocentes nucleadas em 2018

ESCOLA UNIDOCENTE	Nº DE ALUNO	ESCOLA-POLO
Escola Municipal Adeildo Pedro da Conceição	45	Núcleo Educacional Batalha
Escola Municipal do Morrinho	29	Silvestre
Escola Municipal Ernesto Soares Duarte	19	João Ribeiro Lopes
Escola Municipal Francisco José dos Santos	21	Senhorinho Barbosa
Escola Municipal Joaquim Paulo de Souza	21	João Ribeiro Lopes
Escola Municipal Manoel Preto	50	Núcleo Educacional Batalha
Escola Municipal Marcolino Soares	20	Lino Soares
Escola Municipal Pedra do Silvestre	32	Leobino Favela
Escola Municipal Ponta do Mato	15	João Ribeiro Lopes
Escola Municipal Soares Pardim	34	Núcleo Educacional Batalha
Escola Municipal Torquato Teixeira de Araújo	15	Josino Pereira Dias
Escola Municipal Lagoa do Alto	28	Tanquinho
Escola Municipal Pedras	20	Bebedouro
Escola Municipal Selado	20	Tanquinho

Fonte: SEMED, 2019

Quadro 03 – Escolas do Campo nucleadas em 2019

ESCOLA	LOCALIDADE
Escola Municipal Juazeiro	Fazenda Juazeiro
Escola Municipal Engenheiro Marco Souto	Projeto Formoso A
Escola Municipal Euzébio Moreira Borges	Comunidade Quilombola de Bebedouro
Escola Municipal Inocência Borges	Assentamento Curral das Varzeas

Fonte: SEMED, 2019

De acordo com o parecer do Conselho Municipal de Educação (2018), as escolas foram nucleadas ou fechadas em suas localidades, pois além da queda no número de matrículas, as escolas não ofereciam condições estruturais e pedagógicas para manterem seu funcionamento, em sua maioria as escolas eram compostas de salas multisseriadas, que por sua vez, não atendiam as expectativas de ensino/aprendizagem. No total das 21 Escolas do campo, encerraram suas atividades no município de Bom Jesus da Lapa, entre 2018 a 2019, nesta conjuntura, alunos foram matriculados em escolas fora da sua comunidade (tendo que se deslocarem diariamente) e professores realocados de acordo com a reorganização do ensino das escolas do campo.

Sobre a falta de políticas públicas nas escolas do campo de Bom Jesus da Lapa, Santos (2017), afirma que o educador, especificamente o professor do campo, deve criar vínculos e raízes no seu lugar de trabalhos, pois contribuem com a superação de desafios, afirmação de identidade e voltados para o fortalecimento de ambiente coletivo. Essa é uma urgente necessidade de meta para que a Educação do Campo se fortaleça, desenvolva projetos e lutas de médio e longo prazo.

Considerações Finais

A presente pesquisa, traz reflexões do trabalho docente que atuam nas escolas do campo da rede municipal de Bom Jesus da Lapa, Bahia. A coleta de dados ocorreu através de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, no mês de março de 2021, sobre os desafios e avanços dos professores que lecionam na modalidade da Educação do Campo do referido município.

Na contextualização dessa trajetória de estudos, identificamos vários desafios eminentes, ocasionados pela falta de investimentos de recursos públicos na Educação do Campo, no que tange aos prédios escolares, nas infraestruturas que oferecem acessos as escolas campesinas, falta de formação continuada para os professores, carência de recursos pedagógicos, até mesmo recursos básicos como água potável, luz e moradia digna ao docente que precisa permanecer na localidade que trabalha (pelo difícil acesso da mesma).

A repercussão dessa série de problemáticas nas escolas do campo de Bom Jesus da Lapa, compatibilizou com docentes frustrados com a dinâmica exaustiva do enfrentamento diário de inúmeros desafios. Tais obstáculos, seriam gradualmente superados com

investimentos de programas e políticas educacionais, principalmente, na modalidade da educação do campo. Contudo, a educação na esfera pública, tem apresentado avanços significativos, entretanto esses avanços seguem tímidos no que concerne ao campo. Nessa mesma linha de pensamento, Reis (2004), afirma que as políticas públicas, no que tange aos decretos, leis e outros dispositivos jurídicos, devem ofertar aos atores do campo, apoio legal e diretriz política, cultural, que prepare os sujeitos para serem ativos, críticos na sociedade em que ele estiver inserido.

Muito embora, essas mudanças estejam acontecendo lentamente, a Educação do Campo, está conquistando seu espaço, é oportuno lembrar a LDB 9.394/96 ressalta a valorização dos saberes e a importância da especificidade da Educação do Campo. Todo esse processo de discussão, elaboração e aprovação de leis, foi motivado através da participação direta dos “Movimentos Sociais” e de suas preocupações com o resgate da identidade campesina.

No tocante à Educação do Campo, tem um longo caminho de conquistas e aperfeiçoamento das suas dinâmicas sociais e pedagógicas, faz-se necessária elaboração de políticas públicas para o fortalecimento dessa modalidade, e isso perpassa pelo preparo e formações dos agentes transformadores, os professores do campo. Visto isso, ainda existem muitos professores do campo, que atuam em áreas para as quais não possuem formação específica, e dessa forma buscam apoio na experiência para sanar as dificuldades que encontram durante sua prática pedagógica em outras áreas do conhecimento, bem como na troca de experiência com colegas, para responderem as necessidades do processo de ensino aprendizagem.

Assim, legitimar o papel do professor, dando melhores condições de trabalho, reconhecendo sua importância na busca pela transformação social e recuperação da identidade do homem e mulher do campo, alinhado as políticas educacionais irá permear caminhos que um dia a educação será igual para todos dentro de uma hegemonia urbana.

Referências

ALVES, Maria Ângela; BACKES José Licínio. **Educar para as relações raciais: Um desafio para a formação de Professores**. Disponível em: http://www.neppi.org/anais/textos/pdf/educar_relacoes_raciais.pdf. Acessado em: 25 de Mar. 2021.



ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDARTE, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (org) **Por uma Educação do Campo** – Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação como Política Pública**-3. Ed. - Campinas, SP: Autores Associados -(coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56), 2004.

BAPTISTA, Francisca M. Carneiro; BAPTISTA, N. Quintella. **Educação rural: Sustentabilidade do Campo**. Feira de Santana-BA: Moc; UESF (Pernambuco) SERTA, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRANDÃO, C.R. **A educação popular na escola cidadã**. Rio de Janeiro. Voes, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Movimento Sem Terra: lições de pedagogia**. In._____A Escola do Campo em Movimento: semeando sonhos. Caldart (org.) – jan. a jul. 2003, p. 50 a 81.

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

CARTEZ; LEITE, S.Celine. **Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Coleção Questões de Nossa Época v. 70, 1999.

CRAS, Centro de Referência de A sistência Social. **A Busca Ativa**. Bom Jesus da Lapa- Bahia. 2019

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Roseli. **Entrevista em pesquisa qualitativa**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de janeiro: Zahar, 1968.

FONSECA, M T, L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FUNDEB. **Manual de Orientação – FUNDEB/** coordenado por Everaldo Sebastião de Sousa e Marlene Nunes Freitas Bueno. - Goiânia: MP, 2009.

FREIRE, Paulo. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Porto: Base, 1978

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2004.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017:** agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro. 2017.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **A didática na atual organização dos trabalhos – uma experiência metodológica** – FAE – UFMG (Tese de Mestrado), 1985.

MAKARENKO, Anton. **Conferências sobre Educação Infantil.** Ed. Moraes, 1981.

MEDIANO, Z.D. A formação em serviço de professores através de oficinas pedagógicas. In: CANDAU, V.M. (Org.). **Magistério:** construção cotidiana. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>. Acesso em: 10 de abr. 2021

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. Santos A. (orgs) **Contribuição para a Construção de um Projeto de educação do Campo.** Brasília – DF, 2004. P.130. (Coleção por uma Educação do Campo).

MOITA, Maria Conceição. Percursos de formação e de transformação. IN: NÓVOA, António (org.) **Vidas de Professores.** Portugal, ed. Porto, 1992.

PEREIRA, Júlio Emílio. **Derrubando as Cercas do Conhecimento:** A educação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (Brasil), 2003.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do campo e desenvolvimento rural sustentável:** avaliação de uma prática educativa. Juazeiro - Bahia: editora Francisca. p.154, 2004.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Maria Aparecida. **A Carta de Caminha e seus Ecos-** estudos e antologia. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

SANTOS, A.C, dos. **Por uma educação do campo:** campo, políticas públicas, educação. N°07. Nead especial. Ed: INGRA. NEAD/MDA, 2008.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da educação do campo no Brasil:** O protagonismo dos movimentos sociais. Ed. Teias, vol. 18, 2017.

SILVA, Maria do Socorre. **Educação do campo: Semeando Sonhos... Cultivando Direitos.** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Brasília – DF, 2002.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação. **Parecer das nucleações:** escolas do campo. Bom Jesus da Lapa- Bahia, 2018.



SILVA, Eurides Brito da. **A Educação básica pós-LDB/** organizadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. **Políticas Públicas da Educação do Campo na Atualidade: avanços e contradições.** In: SILVA, J. O; SAPELLI, M. L. S (org). Uma face da hidra capitalista: Crítica às políticas para a classe trabalhadora. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Anise Barth. **A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organiados,** 2011.

TURRA, Clódia Maria Dodoy, ET AL. **Planejamento de ensino e avaliação.** Porto Alegre: PUC EMMA, 1975.

AUTORES/AS:

Ruth de Oliveira Sousa

Graduada em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Pós-Graduada em Gestão Pública - UNEB; Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar - EEA (Escola de Engenharia e de Agricultura da EEMBA); Professora da Rede Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Email: ruthinha@yahoo.com.br

Antônio Domingos Moreira

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia IF-Baiano e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Montenegro; Professor da Rede Municipal de Educação do município de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; Email: tony.dom1987@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); Prof.^a Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC/DCIE/UESC/UESB/BA). E-mail: arlerp@hotmail.com